



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO

Versão resumida

**São José dos Campos-SP
2021**

SUMÁRIO

1.	A UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA – Univap	3
1.1.	Perfil e Missão	3
1.2.	Histórico	3
1.3.	Do Curso de Direito	4
1.4.	Dados Gerais do Curso	4
2.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	4
2.1.	Objetivos	4
2.2.	Perfil do Egresso	5
2.3.	Disciplina e Carga Horária	5
2.4.	Metodologia	8
2.5.	Estágio de Prática Jurídica	8
2.6.	Atividades Complementares	8
2.7.	Trabalho de conclusão de Curso	9
3.	INFRAESTRUTURA	9
3.1.	Espaço de trabalho de Direção e Coordenação	9
3.2.	Espaço de trabalho dos professores	9
3.3.	Laboratório de Pesquisa	9
3.4.	Salas de aula	10
3.5.	Laboratórios didáticos	10
3.6.	Acesso aos equipamentos de informática	10
3.7.	Biblioteca Castejón	10
4.	EMENTAS	10

1. A UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA – Univap

A Fundação Valeparaibana de Ensino – FVE é a mantenedora da Universidade do Vale do Paraíba – Univap. A FVE é uma pessoa jurídica de direito privado, comunitária e sem finalidade lucrativa. A FVE está situada na Av. Shishima Hifumi, 2911 - Urbanova, São José dos Campos - SP, 12244-000.

Dentre as faculdades da UNIVAP está a Faculdade de Direito do Vale do Paraíba – FD, criada em 1954, foi a primeira das faculdades fundadas, o marco inicial que possibilitou o nascimento da UNIVAP.

1.1. Perfil e Missão

A Universidade do Vale do Paraíba (Univap) é uma instituição que obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e goza de uma gestão democrática dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar. A UNIVAP está voltada aos interesses e as demandas da comunidade, sempre respeitando o pluralismo de ideias e ações. Sua missão é projetar o conjunto de suas ações para:

- Gerar, preservar e disseminar o conhecimento, conduzindo pesquisas e investigações de alta qualidade, que sejam úteis a todos os membros da sociedade e à preservação do meio no qual está inserida, bem como desenvolvendo atividades culturais, artísticas e espirituais.
- Desenvolver um amplo espectro de programas educacionais, preparando graduados, pós-graduados e profissionais para que estejam aptos ao exercício profissional competente e à participação no desenvolvimento do País e da região do Vale do Paraíba e Litoral Norte; e estender, aplicar e trocar conhecimentos com as comunidades nacional, regional e local, aplicando o saber para, em parceria com elas, buscar soluções para as questões nacionais, regionais e locais.

1.2. Histórico

As raízes da UNIVAP remontam a 1954, com a criação da Faculdade de Direito do Vale do Paraíba – FD, por meio do Parecer CFE 471/53. Esta foi a pioneira de uma série de outras Faculdades isoladas, interligadas e mantidas pela FVE. Em 1982, o curso de Direito e os demais cursos foram reestruturados sob a denominação de Faculdades Integradas de São José dos Campos, até a criação da Univap em abril de 1992. A Universidade do Vale do Paraíba (Univap) teve seu reconhecimento recomendado, por unanimidade, pelo Conselho Federal de Educação, pelo Parecer nº 216/92, e concedido pela Portaria MEC nº 510, de 1º de abril de 1992, publicada no Diário Oficial da União de 6 de abril de 1992. São considerados *Campi* da Univap, instalados e em funcionamento: **São José dos Campos** (Urbanova, Aquarius e Centro), **Jacareí** (Urbanova e Villa Branca – Portaria nº 906, de 31 de março de 2004, DOU. de 1º/04/2004) e **Campos do Jordão** (Platanus) – Portaria nº 62, de 13 de janeiro de 2009, DOU. de 14/01/2009.

1.3. Do Curso de Direito

A Faculdade de Direito – FD está situada na na Praça Cândido Dias Castejón, nº. 116, centro, em São José dos Campos/SP, CEP 12245-720.

Em 1950, com a implantação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, São José dos Campos teve o privilégio de ver inaugurado o ensino superior na cidade. Movidos por isso, um grupo de intelectuais, educadores, lançou-se em uma jornada para a criação de um curso de ciências humanas, o qual pudesse fazer frente ao ensino de excelência do ITA e das primeiras faculdades de Direito existentes no país. Para atingirem tão elevado desiderato, começaram por convencer um grupo de professores da capital para formar o primeiro corpo docente da Faculdade de Direito. Em 1952, obtiveram o apoio financeiro do poder público municipal e, logo no início de 1953, lograram o parecer do Ministério da Educação favorável à criação do Curso. Assim, em 2 de janeiro de 1954, o então Presidente da República, Getúlio Vargas, assinou o Decreto 34.889, criando o tão almejado Curso jurídico, com o nome de Faculdade de Direito do Vale do Paraíba.

1.4. Dados Gerais do Curso

- **Regime:** seriado semestral
- **Duração:** 10 semestres
- **Turno:** diurno e noturno
- **Número de vagas semestrais:** 60 para o diurno e 120 para o noturno
- **Total de carga horária:** 4.618 horas
- **Tempo mínimo para integralização:** 10 semestres.
- **Tempo máximo para integralização:** 15 semestres.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1. Objetivos

Curso de Direito tem por objetivos gerais, aliados à prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania:

- Assegurar sólida formação geral, humanística e axiológica no processo de formação discente.
- Desenvolver a capacidade de análise e domínio de conceitos e terminologia jurídica.
- Fomentar a adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais.
- Educar seus estudantes para que sejam cidadãos e cidadãs bem-informados, capazes de pensar criticamente, analisar e dimensionar problemas sociais, econômicos e políticos, assumir responsabilidades sociais e atuar como agentes contribuintes para a transformação social.

- São objetivos específicos do Curso de Direito:
- Formar bacharéis aptos ao exercício das funções e cargos relacionados à construção e operação do Direito, em todos os seus espectros às esferas públicas e privadas.
- Formar bacharéis capacitados a estabelecer relações entre a teoria e prática.
- Oferecer à população hipossuficiente assistência judiciária gratuita, através de seu Núcleo de Prática Jurídica, inspirando no corpo discente a responsabilidade social e o fomento de suas habilidades para pacificação e resolução de conflitos e composição de interesses.
- Fomentar nos bacharéis uma postura conciliadora.
- Motivar a habilidade de pesquisa e formação permanente.
- Formar bacharéis qualificados para obterem a aprovação no Exame de Ordem da OAB e aptos para serem aprovados em concursos públicos ligados às áreas jurídicas.
- Formar bacharéis capazes de estabelecer relações de interdisciplinaridade, qualificando-os para um mercado de trabalho contemporâneo que demanda a presença de múltiplas competências e habilidades.
- Contribuir para a formação de seres humanos ajustados aos ditames da ética, solidários, participativos e comprometidos com a sociedade, destacadamente com as camadas menos favorecidas da população.

2.2. Perfil do Egresso

É o desejado perfil do egresso:

- Apresentar sólida formação geral, humanística e axiológica.
- Capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica.
- Adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliados a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

2.3. Disciplina e Carga Horária

DISCIPLINAS	HORAS
1. EIXO DE FORMAÇÃO FUNDAMENTAL (970h sem Libras, 1020h com Libras)	
1.1. Filosofia e Ética	60
1.2. Filosofia e História do Direito	60
1.3. Introdução ao Estudo do Direito	60
1.4. Sociologia e Antropologia do Direito I	60
1.5. Sociologia e Antropologia do Direito II	60
1.6. Ciência Política	60
1.7. Economia Política	60
1.8. Hermenêutica *	60

1.9. Teoria Geral do Estado	60
1.10. Metodologia do Trabalho Científico *	60
1.11. Direito e Sociedade I *	60
1.12. Direito e Sociedade II *	60
1.13. Ética Profissional *	60
1.14. Psicologia Forense	30
1.15. Direitos Humanos	30
1.16. Métodos Adequados a Solução de Conflitos (equivalência a Resolução Alternativa de Conflitos)	30
1.17. Língua Portuguesa I *	30
1.18. Língua Portuguesa II *	30
1.19. Matemática I *	30
1.20. Matemática II *	30
1.21. Libras (Optativa)	30
2. EIXO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (2.050 h)	
Área de Direito Público (600 h)	
2.1. Direito Constitucional I	60
2.2. Direito Constitucional II	60
2.3. Direito Constitucional III	60
2.4. Direito Tributário I	60
2.5. Direito Tributário II	60
2.6. Procedimento Tributário	30
2.7. Direito e Legislação Ambiental	60
2.8. Direito Internacional Público	30
2.9. Direito Internacional Privado	60
2.10. Direito Administrativo I	60
2.11. Direito Administrativo II	60
Área de Direito Privado (1290 h)	
2.12. Teoria Geral do Direito Civil I	60
2.13. Teoria Geral do Direito Civil II	60
2.14. Direito das Obrigações (Teoria Geral)	60
2.15. Teoria Geral dos Contratos	60
2.16. Contratos em Espécie	60
2.17. Direito do Consumidor e Responsabilidade Civil	60
2.18. Direitos Reais	60
2.19. Propriedade Imaterial (Industrial e Autoral)	30
2.20. Direito de Família	60
2.21. Direito das Sucessões	60
2.22. Direito Empresarial I	60
2.23. Direito Empresarial II	60
2.24. Contratos Mercantis e Títulos de crédito	60
2.25. Falência e Recuperação de Empresas	60
2.26. Teoria Geral do Processo	60

2.27. Tutelas Provisórias e Recursos (equivalência a Direito Processual Civil - Medidas Assecuratórias e Recursos)	60
2.28. Direito Processual Civil (Liquidação e Execução)	60
2.29. Direito Processual Civil (Processo de Conhecimento)	60
2.30. Direito Processual Coletivo	60
2.31. Procedimentos Especiais	60
2.32. Direito Digital I * (Optativa)	60
2.33. Direito Digital II * (Optativa)	60
Área de Direito Penal (480 h)	
2.32. Teoria Geral do Direito Penal I	60
2.33. Teoria Geral do Direito Penal II	60
2.34. Direito Penal (Parte Especial I)	60
2.35. Direito Penal (Parte Especial II)	60
2.36. Direito Penal (Parte Especial III)	60
2.37. Direito Processual Penal (Parte Geral)	60
2.38. Direito Processual Penal (Espécie, Nulidades, Recurso e Execução)	60
2.39. Medicina Legal	60
Área de Direito das Relações Sociais (300 h)	
2.40. Direito do Trabalho I	60
2.41. Direito do Trabalho II	60
2.42. Direito da Seguridade Social (equivalência a Direito Previdenciário)	60
2.43. Direito Processual do Trabalho I	60
2.44. Direito Processual do Trabalho II	60
3. EIXO DE FORMAÇÃO PRÁTICA (808h)	
3.1. Trabalho de Curso	220
3.2. Estágio de Prática Jurídica I	72
3.3. Estágio de Prática Jurídica II	72
3.4. Estágio de Prática Jurídica III	72
3.5. Estágio de Prática Jurídica IV	72
3.6. Atividades Complementares I	60
3.7. Atividades Complementares II	60
3.8. Atividades Complementares III	60
3.9. Atividades Complementares IV	60
3.10. Atividades Complementares V	60

* **Disciplina oferecida na modalidade EaD.**

Resumo da carga horária obrigatória do curso

Horas

Disciplinas Presenciais	
49 disciplinas x 60h	2940
11 disciplinas x 30h	330
Estágio Supervisionado (4 x 72h)	288
8 aulas presenciais de 11 disciplinas EaD.	88
TOTAL PRESENCIAL (3358h + 288h)	3646

Disciplinas Semi-Presenciais	
07 disciplinas (EaD) x 52h	364
Atividades Complementares (5 x 60h)	300
Trabalho de Curso	220
04 disciplinas (EaD) x 22h	88
TOTAL SEMI-PRESENCIAL	972

Total da carga horária	PRESENCIAL =	3.646h	78,95%
	SEMI-PRESENCIAL =	972h	21,05%
	TOTAL =	4.618h	100,0%

2.4. Metodologia

Nos propósitos do Curso das Ciências Jurídicas está contida a diretriz de capacitação dos alunos para a compreensão da extensão de todos os ramos do Direito, em todos os espectros da experiência jurídica. Em tal contexto, faz-se fundamental o fomento de debates que promovam reflexões a respeito dos conteúdos, sentidos e alcances dos institutos de direito público e privado, enaltecendo, neste sentido, o papel dos profissionais Direito em nosso contexto histórico. Mediante modelos lógicos dedutivos e indutivos, serão promovidos questionamentos que orientem os raciocínios discentes para a formação de juízos a respeito do papel e significado da constituição, bem como para a identificação de mecanismos hermenêuticos destinados à interpretação de todo o ordenamento jurídico.

2.5. Estágio de Prática Jurídica

O Estágio Supervisionado Curricular compreende um conjunto de atividades de prática jurídica, reais e simuladas, devidamente orientadas por profissional habilitado, com capacidade postulatória (advogados). As atividades práticas compreendem o atendimento à população carente que necessite da assistência judiciária gratuita. As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, constituindo importante mecanismo de integração entre teoria e prática, em atenção às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

2.6. Atividades Complementares

As Atividades Complementares são modalidade específica de atuação acadêmica, permitindo ao discente interagir em sua formação mediante a participação em programas de ensino, pesquisa e extensão extracurriculares, atividades estas consideradas pertinentes e úteis a sua formação humana e profissional. Essas atividades complementares podem ser realizadas por meio de pesquisa e iniciação científica, palestras, seminários, conferências, congressos e outros eventos do gênero, cursos livres, monitoria de ensino voluntária, disciplinas extracurriculares, voluntariado, entre outras.

2.7. Trabalho de conclusão de Curso

O Trabalho de Curso em Direito, por abreviação TC, é componente curricular obrigatório, ensejando ao aluno a oportunidade de revelar a sua apropriação do domínio da linguagem científica na ciência do direito, com a indispensável precisão terminológica da referida ciência, por meio da elaboração de um artigo científico, uma monografia ou um parecer jurídico.

3. INFRAESTRUTURA

O campus Castejón possui uma área total de 8.337m², com área construída de 6.554,36m² em dois pisos. Todos os ambientes foram adaptados para garantir acessibilidade, sendo dada especial atenção para banheiros adaptados e rampa de acesso aos pisos superiores. Nas salas de aula há mesas próprias para uso dos alunos portadores de necessidades especiais.

3.1. Espaço de trabalho de Direção e Coordenação

A direção está localizada em ambiente amplo e arejado, com 51,21m², incluso área de atendimento privativo. A Coordenação de Curso atua em área contígua, com 168m², incluindo área de atendimento privativo, em ambiente amplo e arejado. As coordenações de Trabalho de Curso e de Atividades Complementares também possuem ambiente próprio de atendimento aos alunos. Todos estes ambientes estão bem conservados, dispõem de equipamentos e são acessíveis aos discentes, com funcionária específica para atendimento.

3.2. Espaço de trabalho dos professores

A sala dos professores possui ambiente amplo, área de 67,97m², bem conservado, arejado e limpo, com privacidade e comodidade. Há mesas e computadores em número adequado para o trabalho dos docentes. Os professores possuem, ainda, gabinete de trabalho para atendimento privado, contínuo à sala dos professores e sala de atendimento aos alunos, com funcionária específica para atendimento.

3.3. Laboratório de Pesquisa

O Laboratório de Pesquisa possui ambiente amplo com área de 77,97m², dividido em dois espaços: um para o atendimento pela Coordenação de Atividades Complementares, Coordenação de Trabalho de Curso e Coordenação de Pesquisa, e outro especialmente projetado para o desenvolvimento de pesquisa jurídica com mesa de reunião, quatro computadores, televisão de projeção e biblioteca própria.

3.4. Salas de aula

O curso de Direito utiliza 14 salas de aula, nos períodos matutino e noturno. Apresenta, ainda, 2 salas de estudo, disponíveis para uso dos discentes, individualmente ou em grupo. São todas salas bem conservadas, limpas regularmente, arejadas. As salas de aula são equipadas com equipamento de áudio, computadores e projetor.

3.5. Laboratórios didáticos

Dentre os laboratórios do curso de Direito, destaca-se o Núcleo de Prática Jurídica, atualmente localizado no campus Castejón, com práticas simuladas e reais, destacando o atendimento para a comunidade, dentre as quais atividades de negociação, conciliação e mediação. Merece destaque, ainda, o auditório situado no campus Castejón, com 752m² e espaço para 503 pessoas. Dispõe de modernos recursos de áudio e vídeo, sendo ponto de referência para eventos patrocinados pela comunidade joesense.

3.6. Acesso aos equipamentos de informática

No Laboratório de Prática Jurídica encontram-se 25 computadores disponíveis aos alunos da Faculdade de Direito. Além disso, a Biblioteca conta com notebooks que também podem ser utilizados pelos alunos, nas dependências da Faculdade e em suas próprias residências.

3.7. Biblioteca Castejón

O Sistema de Bibliotecas da Univap (SIBI-UNIVAP) é composto por quatro bibliotecas localizadas nas diversas unidades. No Campus Urbanova da Universidade encontra-se a Biblioteca Central e as Bibliotecas Setoriais da Faculdade de Engenharias, Arquitetura e Urbanismo e do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. No Campus Castejón, onde está situada a Faculdade de Direito, há a Biblioteca do Direito, com vasto material na área jurídica, com mais de 16.000 obras. Além disso, a Faculdade de Direito conta com a Biblioteca digital, a qual contém aproximadamente 2.500 obras, que podem ser acessadas e lidas pelos alunos por qualquer dispositivo informático. Os alunos do Curso de Direito têm livre acesso a todas as Bibliotecas do SIBI-UNIVAP, o qual utiliza o Sistema Pergamum, acessível pelo site da UNIVAP.

4. EMENTAS

FILOSOFIA E ÉTICA

EMENTA: O pensar filosófico. Linha do tempo da filosofia: da origem e seu desenvolvimento ao pensamento filosófico de Immanuel Kant. Reflexos do pensar filosófico no direito. Lógica, Gnoseologia e Ontognoseologia. Planos e âmbitos do Conhecimento Jurídico. O papel estruturante da comunicação. Conceito de ordem. Direito como

<p>ordenamento. A filosofia do Direito na história até então: jusnaturalismo, positivismo jurídico, teoria tridimensional. O modelo sistemático de compreensão do ordenamento jurídico. Direito e ética: diferenciação. Ética e justiça em Aristóteles e outros pensadores da filosofia do direito. Teoria tridimensional. Ética profissional.</p>
<p>CIÊNCIA POLÍTICA</p>
<p>EMENTA: Poder e política: definições e caracterizações. O pensamento político de Maquiavel. A formação do Estado Moderno: os contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. A teoria política de Montesquieu. A crítica marxista ao Estado. Pensamento político brasileiro: a formação da nação.</p>
<p>INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO</p>
<p>EMENTA: O Direito. O Fenômeno Jurídico. O conceito de Direito. Teoria do Conhecimento Jurídico. Hermenêutica e Interpretação. Direito Público e Direito Privado. A Ordem Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Direito Subjetivo. A Justiça. Estudo das estruturas normativas (regras e princípios). Compreensão das fontes e modelos do direito. O papel da jurisprudência na concepção hodierna de ordenamento jurídico.</p>
<p>SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO I</p>
<p>EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da Sociologia e da Antropologia. Humano e sociedade. Fatos Sociais / Culturais. Instituições sociais. Organização e estrutura social. Classes. Cultura/Ideologia. Interacionismo Simbólico. Ação e Reprodução Social. Socialização e Desvio. Controle Social e Violência. Comportamento de Massa.</p>
<p>TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL I</p>
<p>EMENTA: Introdução ao Direito Civil. Leide Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Das Pessoas. Das Pessoas Naturais. Personalidade e Capacidade. Da Incapacidade. Extinção e Individualização da Pessoa Natural. Dos Direitos da Personalidade. Ausência. Das Pessoas Jurídicas. Dos Bens.</p>
<p>METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO</p>
<p>EMENTA: Conceitos fundamentais da metodologia científica, leituras trabalhadas, elaboração de resumos, esquemas, resenha, fichamento, métodos, relações entre conhecimento, saber, ciência, metodologia de pesquisa, estrutura de trabalhos acadêmicos e ética na pesquisa.</p>
<p>DIREITO E SOCIEDADE I e II</p>
<p>EMENTA: Discussão de temas relevantes à compreensão do Direito como realidade social, política e cultural. Formação histórica do Brasil e interpretação do Direito. Leitura interdisciplinar de questão atual, envolvendo as disciplinas do 1º Período do Curso. Tema definido a cada semestre.</p>
<p>LÍNGUA PORTUGUESA I e II</p>
<p>EMENTA: O conteúdo de Língua Portuguesa ofertado segue o estabelecido na regulamentação própria do programa institucional de nivelamento, em consonância com as políticas de atendimento aos discentes ingressantes.</p>
<p>MATEMÁTICA I e II</p>
<p>EMENTA: O conteúdo de Matemática ofertado segue o estabelecido na regulamentação própria do programa institucional de nivelamento, em consonância com as políticas de atendimento aos discentes ingressantes.</p>
<p>TEORIA GERAL DO ESTADO</p>
<p>EMENTA: Origem e Formação do Estado; Evolução Histórica do Estado; O Estado e seus elementos caracterizadores: Soberania, Povo e Território; O Poder do Estado e o Conceito de Estado; Personalidade Jurídica do Estado; Estado, Direito e Política; Mudanças do Estado por Reforma, Revolução e Golpe; Estado Moderno e Formas de Democracia; Sufrágio, Voto, Escrutínio, Referendo, Plebiscito, Iniciativa Popular, e Sistemas Eleitorais; O Estado Constitucional; A Separação de Poderes e as Funções do Estado; Formas de Estado e Formas de Governo; Sistemas de Governo e Regimes de Governo; Tendências do Governo no Estado Contemporâneo.</p>
<p>ECONOMIA POLÍTICA</p>
<p>EMENTA: Conceitos básicos de economia. Evolução do pensamento econômico. Os sistemas econômicos e a implantação do sistema liberal. O Direito econômico. A crítica marxista à economia liberal. Transformações do capitalismo contemporâneo. Neoliberalismo e ordem global – perspectivas.</p>
<p>FILOSOFIA E HISTÓRIA DO DIREITO</p>
<p>EMENTA: A filosofia do Direito na história: de Immanuel Kant até as principais concepções atuais. Da relação Jurídica: sujeitos do direito e personalidade jurídica. Modalidades de Direitos Subjetivos. Direito positivo e direito natural. Enciclopédia Jurídica: direito público e privado. Hermenêutica Jurídica. Fundamentos do Direito. Conceituação e objeto da História do Direito. História e fontes da cultura jurídica ocidental. O direito na Grécia antiga. Formação histórica do direito romano. Direito feudal. Direito canônico. Evolução do direito positivo moderno. O processo de</p>

<p>Codificação. O constitucionalismo. Noções históricas sobre a formação do sistema jurídico da Common Law. História do direito Brasileiro. Direções do pensamento jurídico contemporâneo.</p>
<p>TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL I</p>
<p>EMENTA: Princípios constitucionais do direito penal. Aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Territorialidade e extraterritorialidade. Introdução à teoria do crime. Tipicidade e tipo: causas de exclusão do dolo, culpa. Antijuridicidade e suas causas de exclusão. Classificação dos crimes. Culpabilidade: imputabilidade; emoção e paixão, embriaguez, dos erros de tipo e de proibição. <i>Iter criminis</i>, arrependimento posterior, desistência voluntária e arrependimento eficaz; crime impossível. Concurso de pessoas. Circunstâncias incomunicáveis.</p>
<p>TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II</p>
<p>EMENTA: Dos fatos jurídicos: conceito, classificação, aquisição, modificação, defesa e extinção dos direitos. Dos atos jurídicos: em sentido estrito: conceito e classificação. Ato-fato jurídico. Negócio Jurídico. Elementos constitutivos do negócio jurídico. Representação e mandato. Da condição, do termo e do encargo ou modo. Defeitos do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico. Da invalidade do negócio jurídico: nulidade, anulabilidade e inexistência. Atos jurídicos lícitos, disposições aplicáveis e críticas. Atos ilícitos. Imputabilidade. Responsabilidade do agente: ação, omissão, dolo, culpa, relação de causalidade e dano. Legítima defesa, exercício regular de um direito, estado de necessidade. Prescrição. Decadência. Da Prova.</p>
<p>SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DO DIREITO II</p>
<p>EMENTA: Fundamentos teórico-metodológicos da Sociologia e da Antropologia. Humano e sociedade. Fatos sociais/Culturais. Instituições sociais. Organização e estrutura social. Classes. Cultura/Ideologia. Interacionismo Simbólico. Ação e Reprodução Social. Socialização e Desvio. Controle Social e Violência. Comportamento de Massa.</p>
<p>ATIVIDADES COMPLEMENTARES I, II, III e IV</p>
<p>EMENTA: As Atividades Complementares (AC) são modalidade específica de atuação acadêmica, permitindo ao discente interagir em sua formação através da participação em programas de ensino, pesquisa e extensão extracurriculares, atividades estas consideradas pertinentes e úteis a sua formação humana e profissional.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL I</p>
<p>EMENTA: Aspectos históricos do constitucionalismo brasileiro até a Constituição de 1988. Conceito de Direito Constitucional. Princípios fundamentais na Constituição de 1988. Poder constituinte. Dos direitos e garantias fundamentais. Supremo Tribunal Federal e suas concepções a respeito da constitucionalidade e aplicabilidade das normas constitucionais.</p>
<p>DIREITO EMPRESARIAL I</p>
<p>EMENTA: Introdução ao Direito Comercial: histórico, o Direito Comercial no Brasil, fontes e atos de comércio/Teoria da Empresa. Da empresa. Do empresário. Requisitos para o exercício do comércio. Da capacidade para comerciar. Do Registro de Empresa. Do Registro da Propriedade Industrial. Nome empresarial. Estabelecimento Empresarial. Direitos e Obrigações mercantis. Teoria Geral do Direito Societário.</p>
<p>TEORIA GERAL DO PROCESSO</p>
<p>EMENTA: Do conceitos de jurisdição, competência e organização judiciária; órgãos da jurisdição; os auxiliares da justiça; o Ministério Público; o advogado e a advocacia; ação: conceito, natureza jurídica, classificação; elementos e condições da ação; o processo: conceito, natureza, pressupostos; partes, substituição, litisconsórcio e intervenção de terceiros; atos processuais; o tempo no processo; o procedimento: comum e especial; nulidades processuais e questões de prejudicialidade, formação, suspensão e extinção do processo.</p>
<p>TEORIA GERAL DO DIREITO PENAL II</p>
<p>EMENTA: Das penas: Das espécies de pena: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direitos, pena de multa. Da aplicação da pena: cálculo da pena. Concurso de crimes. Livramento condicional, <i>sursis</i>. Medidas de Segurança. Da extinção da punibilidade.</p>
<p>DIREITO DAS OBRIGAÇÕES – Teoria Geral</p>
<p>EMENTA: Teoria geral das obrigações. Elementos constitutivos. Fonte e classificação das obrigações. Da solidariedade e indivisibilidade. Da Transmissão das Obrigações; Do Inadimplemento e Extinção das Obrigações; Das consequências da inexecução das obrigações.</p>
<p>DIREITO CONSTITUCIONAL II</p>
<p>EMENTA: Princípios Fundamentais, Direitos e Garantias Fundamentais; Princípios da Tributação, do Orçamento, da Ordem Econômica, Financeira e da Ordem Social.</p>

DIREITO EMPRESARIAL II
EMENTA: Direito Societário. Personalização das sociedades empresárias. Classificação das sociedades empresárias. Direitos e obrigações do sócio na sociedade contratual. Sociedades não Personificadas: Sociedade em Comum e Sociedade em Conta de Participação. Sociedades Personificadas: Sociedade Simples; Sociedade em Nome Coletivo; Sociedade em Comandita simples; Sociedade Limitada. Dissolução de sociedade contratual; Sociedades Anônimas: constituição; modalidades de constituição; títulos emitidos: ações, valores mobiliários; órgãos sociais; deveres dos membros dos órgãos da administração; responsabilidade do administrador e do acionista; demonstrações financeiras; dissolução e liquidação das Sociedades Anônimas; Sociedade em Comandita por Ações; Sociedades coligadas; Sociedade Nacional e Estrangeira.
DIREITO PROCESSUAL CIVIL – PROCESSO DE CONHECIMENTO
EMENTA: Procedimentos: Sumário. Ordinário. Fases processuais: Postulatória, Ordinatória, Instrutória e Decisória. Procedimento sumário. Procedimento ordinário: fases processuais. Exceções. Reconvenção. Instrução.
DIREITO PENAL – PARTE ESPECIAL I
EMENTA: Dos crimes contra a pessoa: dos crimes contra a vida; das lesões corporais; da periclitación da vida e da saúde; da rixa; dos crimes contra a honra; dos crimes contra a liberdade individual; da violação de domicílio; da invasão de dispositivo informático; da interceptação telefônica.
TEORIA GERAL DOS CONTRATOS
EMENTA: Dos princípios gerais do direito contratual; da classificação; da formação; dos modos de interpretação; da teoria da revisão; da responsabilidade contratual das partes; da relatividade em relação a terceiros; da estipulação em favor de terceiro e promessa por fato de terceiro; das arras ou sinal; dos vícios redibitórios e da evicção; da extinção; do compromisso arbitral.
HERMENÊUTICA
EMENTA: Semiótica. Hermenêutica, interpretação jurídica e aplicação do Direito. Sistemas e espécies/meios de interpretação (gramatical, lógica, sistemática, histórica e teleológica). Retórica e argumentação. Coesão e coerência no texto jurídico. Intertextualidade. Análise de jurisprudência e redação forense.
DIREITO CONSTITUCIONAL III
EMENTA: Da Organização do Estado. Da Organização dos Poderes. Remédios Constitucionais.
DIREITO TRIBUTÁRIO I
EMENTA: Direito Financeiro: necessidades econômicas coletivas e seu atendimento pelo Estado; atividade financeira do Estado; Serviços Públicos; administração direta e indireta; extrafiscalidade e parafiscalidade. Direito Tributário: Sistema Tributário Nacional; competência s; conflitos de competência; a bitributação; limitações ao poder de tributar: princípios da tributação, imunidade, isenção; tributos: imposto, taxa e contribuição de melhoria; contribuições parafiscais e empréstimo compulsório.
TUTELAS PROVISÓRIAS E RECURSOS
EMENTA: Tutela provisória. Modalidades: urgência ou evidência. Disposições gerais. Tutela de urgência. Antecipada ou cautelar. Antecedente ou incidental. Procedimentos das tutelas de urgência. Tutela de evidência. Teoria geral dos recursos. Recurso independente e recurso adesivo. Aspectos e regras dos recursos no Novo CPC: apelação, agravo retido, agravo de instrumento, agravo interno, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência, recurso adesivo, recursos inominados. Ordem dos processos no Tribunal. Incidente de assunção de competência. Arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Incidente de Resolução de Demandas repetitivas. Da reclamação. Ação rescisória.
DIREITO PENAL – Parte Especial II
EMENTA: Crimes contra o patrimônio. Disposições gerais dos crimes contra o patrimônio. Violação do direito autoral. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.
CONTRATOS EM ESPÉCIE
EMENTA: Da compra e venda; das cláusulas especiais de compra e venda. Da troca ou permuta. Do estimatório. Da doação. Da locação residencial e não residencial. Do empréstimo (mútuo e comodato). Da empreitada. De depósito. De mandato. De corretagem. De Seguro. De transporte. De fiança. Da constituição de renda.
MEDICINA LEGAL
EMENTA: Definições e terminologia. Importância e aplicabilidade no direito. Conhecimento dos atores e dos produtos da Medicina Legal. Identificação, criminalística, instrumentos vulnerantes e as lesões. Sexologia criminal.

<p>Conceito de morte e conhecimento dos fenômenos cadavéricos, asfixias mecânicas, toxicologia forense. Psicopatologia forense e infelizmente forense.</p>
<p>CONTRATOS MERCANTIS E TÍTULOS DE CRÉDITO</p>
<p>EMENTA:: Teoria Geral das Obrigações, Títulos de Crédito. Procedimentos para protestos de títulos de crédito e seus consectários. Compra e Venda Mercantil. Fomento Mercantil. Contratos bancários. Arrendamento Mercantil. Alienação Fiduciária e Contratos de Seguro.</p>
<p>DIREITO TRIBUTÁRIO II</p>
<p>EMENTA:: Obrigação Tributária. Lançamento Tributário e Extinção da Obrigação Tributária. Tributos em espécie. Processo administrativo tributário. Ação de execução fiscal. Embargos à execução. Ações do contribuinte contra o fisco: mandado de segurança, repetição do indébito e ação de consignação em pagamento. Ação declaratória. Ação anulatória de débito fiscal.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL CIVIL (LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO)</p>
<p>EMENTA:: Liquidação de sentença. Da execução. Títulos executivos. Da ação de execução. Responsabilidade do devedor. Fraude. Execução provisória. Atos preparatórios da execução. Cumprimento da sentença. Do processo de execução. Execução para entrega de coisa certa / incerta e a obrigação de fazer e não fazer. Execução de quantia certa contra devedor solvente. Embargos do devedor. Execução contra devedor insolvente. Suspensão e extinção do processo de execução.</p>
<p>DIREITO PENAL – Parte Especial III</p>
<p>EMENTA:: Dos crimes contra a dignidade sexual: dos crimes contra a liberdade sexual. Corrupção de menores e disposições gerais. Do lenocínio e do tráfico de pessoas. Do ultraje público ao pudor. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública.</p>
<p>DIREITO DE FAMÍLIA</p>
<p>EMENTA:: Direito de família. Casamento. Esponsais. Impedimentos. Idade nupcial. Celebração. Efeitos. Casamento nuncupativo. Provas do casamento. Casamentos inexistentes, nulos e anuláveis. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Parentesco. Filiação. Investigação de paternidade e maternidade. Poder familiar. Adoção. Alimentos. Tutela e curatela. Criança e Adolescente. Família Substituta. Medidas de proteção ao menor. Aplicação de medidas sócio-educativas. Estatuto do Idoso.</p>
<p>DIREITO DO TRABALHO I</p>
<p>EMENTA:: Fontes e Princípios do Direito do Trabalho. Contrato individual de trabalho. Alterações no contrato Suspensão e interrupção. Remuneração. Equiparação salarial. Extinção do contrato de trabalho. Estabilidade e FGTS.</p>
<p>DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL</p>
<p>EMENTA:: Introdução. Histórico da seguridade social. Plano de custeio da seguridade social (lei 8.212/91). Plano de benefícios da previdência social (lei 8.213/91). Benefícios previdenciários em espécie. Assistência social (lei 8.742/93). Benefícios assistenciais. Revisões dos benefícios previdenciários. Crimes previdenciários.</p>
<p>PROCEDIMENTOS ESPECIAIS - Leis Penais Especiais</p>
<p>EMENTA:: Legislação especial: Crimes hediondos e assemelhados; Lei de Drogas; Estatuto do Desarmamento; Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso; Crimes de preconceito de raça e de cor; Lei de tortura; Lei de abuso de autoridade; Crimes de lavagem de dinheiro; sonegação fiscal; Crimes Tributários; Crime Organizado.</p>
<p>DIREITO PROCESSUAL PENAL – Parte Geral</p>
<p>EMENTA:: Noções preliminares: evolução, processo e lide, o direito de punir e a persecução criminal. Processo Penal e relações com outros ramos do Direito. Princípios de regência do processo penal. Disposições preliminares. Inquérito policial. Ação penal. Ação civil. Jurisdição e competência. Das provas. Do Juiz, do Ministério Público, do Acusado, do Defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Da prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença.</p>
<p>DIREITO DAS SUCESSÕES</p>
<p>EMENTA:: Direito de sucessão. Direito de testar. Transmissão de herança. Herança jacente e vacante.. Direito de representação. Sucessão testamentária. Codicilos. Nulidades. Legados. Caducidade. Evicção. Premoriência. Direito de crescer. Capacidade ativa testamentária. Herdeiros necessários. Legitimação. Porção disponível. Redução testamentária. Substituições. Deserdação. Revogação do testamento, testamentário. Inventário Partilha e Arrolamento.</p>

ÉTICA PROFISSIONAL
EMENTA:: Direito e ética: diferenciação. Ética e justiça em Aristóteles, Kant, J. Rawls. Teoria tridimensional. Ética profissional: Código de Ética e Disciplina da OAB, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil; Procedimentos do Processo Ético-Disciplinar.. Análise de pareceres.
ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I, II, III e IV
EMENTA:: O Estágio Supervisionado Curricular compreende um conjunto de atividades de prática jurídica, reais e simuladas, devidamente orientadas por profissional habilitado. As atividades de Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, constituindo importante mecanismo de integração entre teoria e prática.
DIREITO DO TRABALHO II
EMENTA:: Duração do Trabalho. Limites da jornada de trabalho; Trabalho Extraordinário; Acordos de Prorrogação e Compensação; Banco de Horas; Regime de Tempo Parcial; Horas <i>in itinere</i> ; Turnos ininterruptos de revezamento; Intervalos Intrajornada e Interjornadas; Repouso Semanal Remunerado; Trabalho Noturno; Da Jornada do Trabalho. Férias Anuais Remuneradas. Normas de Segurança e Medicina do Trabalho. Princípio da Liberdade Sindical. Contribuições Sindicais. Organização Sindical. Negociação Coletiva. Greve e <i>Lock-out</i> .
DIREITO ADMINISTRATIVO I
EMENTA:: Direito Administrativo: conceito e posição enciclopédica. Princípios norteadores. O ato administrativo: conceito, elementos, classificação, extinção, alteração, suspensão. Organização da Administração Pública. Agentes Públicos.
DIREITO DO CONSUMIDOR E RESPONSABILIDADE CIVIL
EMENTA:: Responsabilidade contratual. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Culpa e risco: responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Consumidor e Fornecedor. Política Nacional de Proteção ao Consumidor. Livre Concorrência e Proteção ao Consumidor. Órgãos Responsáveis. Responsabilidade civil: pelo fato do produto, por vício do produto e do serviço. Decadência e prescrição na relação de consumo. Desconsideração da personalidade jurídica. Contratos mercantis e normas contratuais do Código de Defesa do Consumidor. A Defesa do Consumidor em Juízo. A tutela administrativa das relações de consumo. A tutela individual do consumidor em juízo. Crimes contra o consumidor.
DIREITO PROCESSUAL PENAL – Espécies, Nulidades, Recurso e Execução
EMENTA:: Dos Processos em Espécie: comum. Do procedimento do juizado especial criminal. Tribunal do Juri. Das nulidades: tipicidade dos atos processuais, princípios. Do sistema de nulidades do Código de Processo Penal. Dos recursos. Recurso em Sentido Estrito, Apelação, dos Embargos de Declaração, dos Embargos Infringentes e de Nulidade, da Carta Testemunhável, do Recurso Extraordinário, do Recurso Especial, do Recurso Ordinário Constitucional. Da Revisão Criminal. Mandado de Segurança. Do <i>Habeas Corpus</i> .
DIREITO REAIS
EMENTA:: Direitos reais, noção geral, principais tópicos abordados: posse, propriedade, direitos reais sobre coisa alheia, direitos de fruição, direitos de garantia e direitos de aquisição.
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO I e II
EMENTA:: Organização da Justiça do Trabalho. Dissídio individual. Petição inicial. Citação. Audiências. Contestação. Provas. Razões finais. Sentença Ciência da sentença. Recursos: ordinário, de revista. Agravo de petição instrumento. Execução.
DIREITO ADMINISTRATIVO II
EMENTA:: O contrato administrativo. As licitações: concorrência pública, tomada de preços, convite. Concurso. Leilão. Modificação, extinção e nulidade do contrato administrativo. Dos agentes administrativos. Agentes não-funcionários. Agentes funcionários. Direito e processo disciplinar. A responsabilidade civil na administração pública e a reparação do dano. O poder da polícia. Dos serviços públicos: conceito e execução. Nacionalização, estatização, municipalização. Concessão. Permissão. Autorização. Serviços executados por cooperação. Entidades estatais e paraestatais. Intervenção do Estado na propriedade.
FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
EMENTA:: Falências administração da falência: o magistrado, o promotor, o administrador judicial (antigo síndico), comissão de credores, assembléia de credores, deveres e atribuições; Arrecadação, guarda e venda dos bens do falido; embargos de terceiros e pedido de restituição na falência; sistema de verificação e habilitação de credores; os diversos

tipos de créditos; extinção. Recuperação empresarial: extrajudicial, judicial e judicial-especial, plano de recuperação; aprovação; processo; o administrador judicial e suas obrigações. Crimes falimentares. Processos falimentares; intervenção e liquidação extrajudicial: aplicabilidades às instituições financeiras e empresas equiparadas; responsabilidades dos administradores e conselhos fiscais nos casos de intervenção e liquidação extrajudicial, arrendamento mercantil, alienação fiduciária, direito real de garantia (hipoteca e penhor).

DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

EMENTA:: Da Política Nacional do Meio Ambiente: princípios, classificação dos bens ambientais, competência, e instrumentos de proteção. Do meio ambiente: a) natural: flora; fauna; recursos hídricos; poluição em várias de suas formas; direito de antenna; agrotóxicos e patrimônio genético; b) cultural; c) artificial e d) do trabalho.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

EMENTA:: Análise histórica e introdução ao engajamento internacional do Estado. Relação entre direito interno e direito internacional. Fontes. Sujeitos. Aquisição e perda da nacionalidade; relação do Estado com seus nacionais no exterior. Domínio público internacional. Solução pacífica das controvérsias.

DIREITOS HUMANOS

EMENTA:: Noções gerais dos direitos humanos. Dignidade da pessoa humana. Universalização dos direitos humanos na comunidade internacional. Proteção internacional dos direitos humanos. O sistema interamericano de direitos humanos. Os direitos humanos na Constituição Federal de 1988. Direitos humanos e segurança pública.

TRABALHO DE CONCLUSÃO CURSO

EMENTA:: O Trabalho de Curso (TC) deve ser desenvolvido individualmente, de modo a permitir que o discente revele a apropriação, ao longo do curso, do domínio da linguagem científica na ciência do direito, com a indispensável precisão terminológica da referida ciência. Neste sentido, o aluno deve elaborar um artigo científico ou uma monografia ou um parecer jurídico.

DIREITO DIGITAL I

EMENTA:: A diferença entre o Direito de Informática e o Direito Digital, o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Controle judicial; Da Responsabilidade Civil na Internet, a Liberdade de Expressão, Privacidade, Direito ao Esquecimento e uso de dados pessoais nas mídias (ou redes) sociais.

DIREITO DE PROPRIEDADE IMATERIAL - Industrial e Autoral

EMENTA:: Tecnologia e Direito. Introdução à Propriedade Intelectual. Regras de Comércio Internacional . Sistemas de Patentes. Marcas. Desing. O Regime Jurídico do Software. Transferência de Tecnologia. Concorrência Desleal.

MÉTODOS ADEQUADOS À RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

EMENTA:: Os métodos de solução de conflitos a partir da nova concepção da jurisdição e da garantia do acesso à justiça. Tipologia dos conflitos e adequação dos mecanismos de resolução de controvérsias. Negociação e técnicas. Conciliação, Mediação e outras soluções. Advocacia, Ministério Público e Magistratura no quadro das soluções diferenciadas.

PSICOLOGIA FORENSE

EMENTA:: Da Psicologia Jurídica. Noções e áreas de abrangência no campo jurídico. Psicologia nos tribunais. Psicologia na área da família, infância e juventude. Psicologia do testemunho. Psicologia no Direito Criminal. Avaliação Psicológica. Síndromes do direito.

PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

EMENTA: Princípios do Processo Administrativo Tributário: Federal, dos Estados e dos Municípios. Processo judicial tributário. Denúncia Espontânea. Repetição do Indébito.

DIREITO PROCESSUAL COLETIVO

EMENTA: São relacionados temas versados nas disciplinas anteriores, destacadamente aqueles relacionados na concebida área de Direito Público.

DIREITO INTERNACIONAL

EMENTA: Direito Internacional Público: análise histórica e introdução ao engajamento internacional do Estado. Relação entre direito interno e direito internacional. Atos derivados de organizações internacionais. Território e organizações internacionais. Processo de integração entre as nações: bilateral e multilateral. Direito Internacional Privado. Aplicação e exceções à aplicação do direito estrangeiro. Análise específica do direito civil internacional. Direito processual civil internacional. Competência internacional e homologação de sentença estrangeira.

LIBRAS

EMENTA: Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Classificadores de LIBRAS; técnicas de tradução da LIBRAS/português português/LIBRAS; expressão corporal e facial; alfabeto manual; gramática de libras; sinais de nomes próprios; soletração de nomes; localização de nomes. A comunidade e a cultura surda. Inclusão social.

DIREITO DIGITAL II

EMENTA: O ordenamento das atividades de economia de compartilhamento e a forma de regulação das novas tecnologias. A regulação da legislação trabalhista sobre os prestadores de serviço da economia de plataforma, a transformação digital do serviço público; as novas formas de transação no Direito Digital. As novas fronteiras do Direito Digital: robotização, inteligência artificial e internet das coisas.